

## MEMÓRIA HISTÓRICA SÔBRE SOROCABA (IV).

(Continuação).

### CAPÍTULO IV.

**Administração municipal. Costumes coloniais relativos à mesma. Justiça colonial. Polícia. Escravidão.**

**Recenseamento. Padilhas e Camargos. Continuam a chegar os portugueses. Mascarenhas. Prestes Músicos. Instrução primária. Artes plásticas. Café. Vinha. Pomares. Medicina.**

\*

A Câmara Municipal nos tempos coloniais obtinha escassos recursos para a administração mediante as seguintes taxações: multas de várias espécies, talho ou açougue público e casinhas (mercado), quantia por cabeça de rês, por canada de aguardente; datas de terras, foros, arruamentos, aferição anual de pê-sos e medidas.

A Fazenda Real associava-se em sugar a pobreza municipal, com os donativos "voluntários" para as bodas principais, o impôsto para a "reedificação de Lisboa", "voluntário". Antes de Sorocaba desmembrar-se de Parnaíba, havia os chapíns da Rainha (presente de bodas) e a Paz de Holanda, isto é, os flamengos foram expulsos lá do Nordeste e... exigiram indenização pelo mal feito... Parece que Sorocaba teve um rateio num resto dêsses dois pagamentos.

A Câmara de São Paulo, como vimos, rateou entre tôdas uma só vez a ponte dos Pinheiros e anualmente o caminho de Santos.

Quando a paróquia foi criada pelo Prelado fluminense, não sendo colada pelo Rei, a Câmara obrigou-se em nome do povo a reunir uma quantia de 100 mil réis para o vigário por ano, taxando os habitantes em 20 e 40 réis, mas por fim o vigário se arranjava com êles diretamente no tempo da desobriga. Êsse impôsto chamado, em Portugal e no Brasil, conhecenças, em

Sorocaba estava no fim em 1815 e acabou no tempo da Independência.

As Câmaras das capitâneas gastavam muito com quatro festas cívico-religiosas anuais. As atas que aqui existem, justamente de quando a Câmara era mais rica, nada dizem a respeito. Mas algumas festas reais eram custeadas pela Câmara, e consistiam em baterias de fogos e iluminação de seu prédio, cêra e pregador e espórtulas para missas e **Te Deum**. O povo era obrigado a limpar as testadas a iluminar as suas janelas por três noites. Até 1940 havia algumas casas com ganchos de ferro nos batentes das janelas para essas luminárias, vasos com azeite e pavio, e mais tarde velas.

A conservação das ruas ficava a cargo dos moradores até a metade. As sargetas vieram tarde, cada um fazia o seu passeio ou calçada à vontade. Os caminhos eram de mão comum. A Câmara incumbia a extinção de formigueiros nas ruas.

Grande despêsa tinha com a Cadeia, construída e conservada por sua conta, com a alimentação dos presos pobres, com o azeite para o corpo da guarda, o sino, os consertos de telhado, o sustento de soldados de ordenanças (3a. linha) que vinham do sítio muitas vêzes no ano para ajudar o policiamento, a paga de transporte de presos aos municípios vizinhos que os passavam para a frente, por exemplo, para Itapetininga e Itapeva.

Um curitibano enforcado em São Paulo teve a sua cabeça exposta no lugar do nascimento, a qual foi passando por aí numa cêsta. Se o governador mandava comunicação às Câmaras, estas faziam a despêsa de tirar cópia e remeter à vizinha. O réu pobre tinha advogado pago pelo Conselho. O alcaide ou meirinho que funcionava no cível e no crime, ajudando mesmo o capitão-mor nas prisões mais ordinárias, o carcereiro e o porteiro dos auditórios, o escrivão da Câmara tudo era pago pelo cofre municipal. O que ficava aos governos então? Os fortes, a defesa do litoral. A instrução em Sorocaba já vem do tempo do Brasil-Reino.

Quanto à água, a Câmara mandava limpar as fontes e os caminhos para elas, por exemplo, a Bica de São Bento, ao Supiriri. Quintalões enormes tinham olhos de água hoje extintos; poços: Água de chuva do telhado era aproveitada. Para lavar roupa, o rio e os ribeiros.

As fossas de privadas são imemoriais, mas não se encontra nada documentado a respeito e o certo é que, nos grandes quintais, "ir ao mato" não era privilégio de pobres. Dentro de casa, havia as "bancas" e o quarto escuro, o desvão. Ba-

nheira de madeira, canoa, tinha-a, por exemplo, o Sarutaia no século XVIII. E, para os homens, o rio era perto.

As ruas eram esburacadas ou gramadas. O calçamento se fazia necessário nas ladeiras. Começaram com as percintas, que pensamos ser dupla sargeta com a água correndo ao meio, e elas mesmas longe de passeios ou do que hoje chamamos meio fio. Vimos disso fora de Sorocaba, por exemplo, em praças. Eram também, disso temos a certeza até pelo nome, sargetas assim duplas atravessando uma rua para levar a enxurrada a outra, algo como um bueiro descoberto e dessas vimos algumas antigas em Sorocaba, de pedras toscas.

A chegada do Rei ao Brasil e dos “metalúrgicos” suecos a Sorocaba, a euforia geral, o aparecimento dos primeiros pedreiros santistas, pedreiros, operários canteiros, levaram a Câmara a iniciar o calçamento das ruas. O nome a ser guardado é o de Joaquim Lustosa, que ao mesmo tempo trabalhou no Ipanema, para onde veio oficialmente, na torre e nas ruas. A primeira a ser calçada foi a ladeira da Ponte, calçada no sentido antigo de calçamento no meio de ruas largas ou em declive, em 1816. Era estreitinha, para a tropa em fila. A rua de São Bento estava sendo calçada em 1820. Em abril o Lustosa empreitou o calçamento de 96 braças (um quarteirão) a 200 mil réis, cabendo à Câmara pôr na obra as pedras, então a 320 réis a carrada. Da rua dr. Braguinha ouvimos os velhos dizerem que o calçamento era de jeito a formar a enxurrada no centro da rua.

A ponte, que era a 3a., pois em 1726 se construía a segunda. excusando-se a Câmara por isso de auxiliar um caminho do Cuiabá e exigiu subscrição pública como vimos.

Na eleição de pelouros, os “homens bons” escolhiam seis eleitores entre êles, os quais, reunindo-se dois a dois em salas separadas escolhiam cada um, um grupo de vereadores, pois a eleição era trienal, e a renovação anual. O nome de “cédulas” já se encontra para o papel que cada um dos homens entregava ao juiz presidente votando num homem para eleitor. O juiz “limpava a pauta” apurando os seis nomes para eleitores. Vimos uma fôlha de 1828. Tinha todos os nomes dos votados em linha horizontal, seguida de riscos verticais, cada um correspondendo a um voto. Ao separar os grupos de dois, cuidava de não juntar inimigos, nem parentes, e de pôr um mais sabido com outro menos. As três listas obtidas, em segrêdo, ficavam dentro de um pelouro cada uma (bola ôca de cêra) e as três bolas num cofre com três chaves. Isso em dezembro cada três anos.

Em cada mês de dezembro um menino, o “anjo” tirava a sorte uma bola. A eleição de barrete era para substituir vereador ou juiz durante o resto do exercício anual, papêzinhos num chapéu e um menino tirando a sorte.

Em 1819, em 19 de dezembro, diz o escrivão, abriram uma carta de pelouros dos juizes e oficiais da Câmara para servirem no ano próximo, e saíram em juizes ordinários e presidente da Câmara, o cel. José de Almeida Leme e o capitão Inácio Dias de Arruda; em vereadores o alferes Bento Antunes de Camargo, o alferes José Joaquim de Andrade, o alferes José Luís Vieira Antunes; procurador, o alferes Manuel de Camargo Moraes, e juiz de órfãos, o ajudante Antônio Bernardo de Azevedo Camelo, os quais foram apregoados pelo porteiro dos auditórios nas janelas da Casa da Câmara em altas e inteligíveis vozes, e foram notificados a estarem prontos a tomarem posse, com as suas usanças, e a não se ausentarem para fora sem se mostrarem livres. A usança era a fôlha corrida dada pelo Ouvidor.

Nas vereanças eram eleitos por três meses os juizes almotacés, entre os homens bons, e que fiscalizavam a hygiene e o comércio, impondo multas, verificando os gêneros e preços no mercado, etc.

“Aos vinte dias do mês de setembro de 1798, nesta villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, em a casa do Conselho dela, onde se achava o juiz almotacé Joaquim José Beira, em ato de correição e audiência, não houve requerimento nem condenação (multa) e assinou o termo o dito juiz. Lourenço Pereira de Camargo, o escrevi”.

O juiz foi sacristão muitos anos, português e aparece sempre como testemunha em casamentos de pobres, esteve nomeado primeiro escrivão em Itapeva, mas voltou e, às vèzes é chamado “reverendo”, o que quer dizer ordens menores. Na igreja vestiria batina.

E o escrivão, da família Libório, de Cutia, é músico de igreja como se vê na ata da fundação da Santa Casa em 1805.

Em 1805 o almotacé Joaquim José de Santana depois da correição de vendas, lojas e tavernas, “almotaçou”, isto é, abriu uma taverna na rua da Boa Vista e outra na do Rosário (Santa Clara). Correição, aliás, apregoadada antes pelo porteiro, o que tirava o fator surpresa.

O almotacé presidia em lugar alto às vendas nas casinhas. Era um fiscal gratuito, que vos obrigaria, caro leitor, a “focar” um formigueiro em vosso quintal (matar com fumaça).

E havia a correição anual dos dois juizes, três vereadores, procurador e escrivão, em janeiro, nas lojas e vendas. Iam talvez em fila indiana no lugar onde deram nome às formigas de correição, gostadeiras de açúcar, ou de casacas pardas, côr de rapé.

Encontramos um bilhetinho-documento da aferição de pêsos e medidas de uma loja.

Finalmente a engrenagem admitia uma correição da correição, juizes e vereadores de fora inquirindo sôbre seus colegas. Vimos e publicamos o formulário das perguntas às testemunhas, por exemplo, se o juiz foi peitado, se os vereadores permitiram jogos de tavolagem, mulheres alcoviteiras, desrespeito à religião, etc. . .

Quanto à justiça, no fôro civil o juiz de órfãos tinha poderes para resolver pequenas causas e presidia aos inventários. No crime, o capitão-mor ordenava ou fazia a prisão em flagrante ou depois, por daquela palha, em nome da "potência do capitão-mor". Antes da existência dêle, que era o comandante militar, fazia-lhe as vêzes o alcaide-mor, um só, e, a seguir um coronel sem batalhão local, pertencente a uma espécie de segunda linha que, depois de organizadas as Ordenanças, era título de regimento de milicianos, êstes, verdadeira segunda linha. Na capitania vicentina, o Ouvidor às vêzes também locotenente do donatário, em rigor podia condenar à fôrça escravos e gente do povo, mas quando Sorocaba existia já era só na Bahia ou no Rio de Janeiro que existia a fôrça. Na Bahia, então, a Relação condenava raros nobres à fôrça, como João Leme da Silva, e distribuia muitas multas. O enforcamento era para o povo, índios e escravos. Depois de cêrca de 1770 o Governador de São Paulo teve o direito, triste direito de fôrça, mediante uma Junta de Justiça.

Desde 1724 se encontram em Sorocaba escrituras de perdão por cutiladas, brigas de faca. Nesse ano a briga foi em casa do rico negociante Antônio Rodrigues Penteado. O crime parece poucas vêzes punido nessa época de multas, fugas ao sertão, perdões entre os afrontados, perdão geral da Corôa quando precisa dos bandeirantes e dos sertanistas, direito mais ou menos costumeiro de matar o adúltero e o raptor. O fato é que não lemos casos de pena a cumprir na cadeia de São Paulo, onde estava o Ouvidor letrado depois da extinção da capitania vicentina ou em Itú, ouvidoria à qual pertenceu Sorocaba desde 1814. Parece que entre os nobres cada um se arranjava por si. Lemos num depoimento: Fulano não tem privilégio para

não ser prêso, isto é, não era nobre, não podia alegar qualidade e... fugir antes que viesse a ordem. De certo algum homem do povo foi enforcado em São Paulo, em resultado de crime por aqui.

No ano de 1802 encontra-se um crime de morte. O capitão-mor com o cirurgião, fêz o ato de “devassão” (auto de corpo delito) na vítima, que era “homem brigador”, segundo depuseram as testemunhas, e mostrou: “um buraco abaixo da teta esquerda feito com espada, uma safarotada (sic) e um golpe de três dedos no pescoso”.

Também o juiz de órfãos podia prender. Quando principiou Sorocaba, já não havia os quadrilheiros. O de patente mais graduado das Ordenanças se arranjava com os primeiros do povo que encontrasse pois todos eram soldados rasos. Depois houve o humilde alcaide, não o grande alcaide-mor, para isso. Capitães de mato havia muitos com nomeação oficial mas ganhando do senhor interessado. Um alcaide se ajudou deles em 1821, e intimava o rico português Teixeira Tabóia a demolir um muro, que fizera entrando no quintal... da própria Câmara.

O pelourinho servia para açoitar os escravos ali amarrados, por condenação do juiz, e, teóricamente, em tempos mais remotos, até para os plebeus. Será que houve casos?

Uma briga era uma “bulha”. Uma das ruas do Supiriri era a do Fala-a-verdade. Refere-se a arma de fogo que obriga a falar? Combina com a afluência de peões em tempo de feira, os quais procuram aguadas. Aí houve um topônimo rua da Aldeinha, nunca se lê nada a respeito. Quem sabe se havia ranchinhos de palha!

Uma criminosa de mancebia podia ser desterrada, ou prêsa e assinar têrmo de bem viver. Existia a profissão mais triste e mais velha do mundo o méretrício. Eram as “damas”, no documento.

A escravidão vermelha, disfarçando com o nome de peças forras, índios “da casa de”, administração de “administrados”, carijós, bastardos, arrefeceu pela falta de novas fontes depois de 1703. Quando os sorocabanos voltaram de Cuiabá e Vila Bela de Mato Grosso, trouxeram mais algumas dezenas de índios que adquiriram lá, em expedições de acôrdo com os governantes. Fernão Dias Falcão, que nunca mais voltou, deixando aqui a espôsa e a casa no Itapeva, faleceu lá em 1752, pouco mais ou menos, declarando no seu testamento que os herdeiros não fizessem mais dessas viagens que era o que mais lhe pesava na

consciência. Depois de 1733 aparecem índios guatós, gualis, parecis e bororos. Às vêzes junta-se o restritivo, no assento de batismo, do Rio Abaixo. Não se trata dos rios até Mato Grosso. E' a fazenda de Antônio Antunes Maciel, que voltou para aposentar-se na lavoura. Era dono de um bairro, no Ipanema. Aliás êle continuava até meados do século a ser um potentado. Tendo ido tirar satisfações ao tabelião, êste refugiou-se em São Bento, passando uns dias à custa dos Padres, que reclamaram a São Paulo. O coronel Antônio não desrespeitou a igreja e os monjes, mas fêz o cêrco com o seu pessoal, à espera da caça acuada...

O governador Conde de Sarzedas fêz entregar às aldeias reais muitos dos índios chegados em seu tempo, e deu licença para alguns senhores os administrarem, mas por aqui ninguém tugiou nem mugiu.

A distinção entre escravidão justa e injusta desapareceu sob Pombal em 1755. Ainda continuou a distinção dos carijós, nos livros da paróquia. No recenseamento de 1780 não se fala em administrados, só que duas ou três casas tem uma dezena de agregados de várias idades, sem menção de estado civil e que são os restos de índios que ainda continuaram servindo os velhos donos. Ao mesmo tempo é metade o número de casais que "não tem nada": são os antigos índios, agora livres, em ranchinhos no terreno dos brancos, em terras devolutas, e são também os novos casais de gente abonada que ainda não herdaram dos pais. Vê-se a formação do caipira que é índio, caboclo, branco que decaiu e raros de raça africana. Porque a sociedade colonial aceitava os caboclos, mas para casamento os brancos procuravam os que já tinham ascendência índia mais longínqua, fazendo-se a mestiçagem legal entre os pobres e fora da lei entre os outros. Os depoimentos de testemunha identificadas pelo escrivão, aí por 1800 e poucos, ainda dizem: Fulano que parece ser branco, Sicrano de cabelos corredios, lisos.

Em todo o país, o sertanejo, caboclo, matuto, caipira, ou que nome tenha, é o descendente do "administrado" índio, com alguma dosagem do europeu, que às vêzes, pela lei de Mendel, revive em bonitas barbaças e olhos azuis. Há uma relação constante entre êles e as terras devolutas, vãos de sesmarias, posses de latifúndios inexplorados. Têm o rancho e uns poucos móveis e roupas. Em 1739 encontramos já uma proporção de 50 por cento de escravos e 50 por cento de administrados. E de 60 por cento e mais de filhos de pais incógnitos e quase sempre brancos os pais e índias ou escravas as

mães, ao que parece. E logo os filhos de escrava e índio, e finalmente, “expostos em casa de”, caso em que o nome da mãe, por ser branca, se oculta. O índio desapareceu entre as outras duas raças, por cessar a fonte da escravidão. O que separa o branco do mestiço é o dinheiro, o branco ingressa nas classes populares mestiças pela pobreza.

Antigos administrados índios houve tão pobres que se casaram com escravas, e os filhos curibocas nasceram escravos conforme a velha lei romana “*partus sequitur ventrem*”. Lê-se mesmo a palavra curiboca. Em 1745 foi batizada “Maria, filha de Teresa, mulata, oriunda de carijó e pai incógnito”. Inácio, filho de Sebastião, negro, e sua mulher Ângela, carijó, escravos de José Nunes de Faria. Aí estão dois casos em que o escravo era o pai. Mas o filho também continuava escravo.

De 1740 em diante os maiores senhores de escravos foram Luís Teixeira da Silva e o Sarutaiá. Como eles não tinham engenhos e eram negociantes em tudo, suspeito que tivessem escravos para negócio. A lavoura de mantimentos em terras de mato ocupava poucos braços. A pecuária, menos. Os peões de tropas chucras eram descendentes de índios, os tocadores de lote, escravos, em parte. Um peão não se sujeitava a marchar a pé por aí dando cacetadas em burro cargueiro empacador. Sua arma era o chicoté. Peão andava montado, era livre.

Em 1760 houve 64 batismos de servos, nome preferido para os africanos, e 25 eram de pais incógnitos, 8 ou 9 sem se saber, por assentamento incompleto. Sim, a senzala se dividia em famílias, regulares somente pela metade. Dependia da religiosidade dos senhores. Muitos destes eram fáceis em fazer rezas mensais a São Gonçalo e ladainhas a Nossa Senhora para administrados e escravos, com a profusão de pinga e danças, que os visitantes diocesanos condenavam acerbamente. Quem não mandasse o servo, morando a uma légua, à doutrina, seria multado em 3 mil réis pela justiça eclesiástica.

De 1770 em diante, os livros de carijós estão cheios de escravos de Guiné, Benguela, Mina. A qualificação é escravo ou fôrro simplesmente, devendo entender-se pela última não só os restos de índios mas os mestiços de tôdas as raças que viviam na casa de seus avós. Por exemplo, os índios que Baltazar deixou a São Bento continuaram em 5 gerações, eram como que servos da gleba, agregados. Mesmo alguns escravos negros de frades e padres preferiam o seu bom tratamento a andarem pelo mundo sofrendo.

Contamos os batismos de 1790: 90 escravos.

Em 1661 havia um mínimo de 30 casais em todo o território. Chegamos à conclusão que a palavra casal aí indica os brancos ou livres, a mesma coisa que fogos ou casas, nos recenseamentos posteriores. Os “assistentes na casa de”, os índios e negros eram arrolados sob o mesmo e único fogo. Portanto, temos uma média de 300 brancos, dando 8 filhos a cada casal. Quanto aos índios, só Baltazar tinha 370, mas os outros casais eram mais pobres, talvez alguns tivessem meia dúzia. Em 1661:

População hipotética	1.000 almas — brancos 300
Em 1695 (documentada)	2.000 almas — brancos não se sabe
Em 1747	4.000 almas — brancos cerca de 3.000 mamelucos.

Este último cálculo é obtido multiplicando por 10 os 425 casais de brancos e mamelucos arrolados pelo Vigário. Os 1.000 que sobram são escravos e índios morando em grupos num só lar. Hipotético. Só é certo 425 casas. Para todo o município deve-se aumentar cerca de 2.000 almas das novas paróquias de Paranapanema e Apiaí.

Em 1780 (recenseamento no Arquivo do Estado), 6.614 habitantes mais 262, diferença entre nascidos e mortos durante o recenseamento, 6.876. Dêste número se tiram 701 escravos de origem africana e ficam 6.175 brancos e cablocos livres, oficialmente brancos 6.175, menos uns três ou quatro grupos de agregados de que se não dá a cor mas são índios. Quatro ou cinco senhores possuem cerca de 50 escravos; três ou quatro uns 20 cada um; muitos senhores com 10, alguns só a escrava cozinheira e, nos bairros de campo, capões e criação, e no Piragibú, por ser terra talvez muito repartida, não há quase escravos.

Note-se que Sorocaba já estava quase nos limites atuais, sem Itapeva e Itapetininga. Cresceu, pois, bastante.

Em 1810 havia 10.180 habitantes.

A história não é só crônica e só genealógica, nem econômica ou sociológica: abrange tudo; todos os aspectos da vida dos antepassados, é o desenrolar dos acontecimentos, cuja importância ou cuja conveniência para serem ressuscitados pelo livro, depende, em última análise, da vontade do pesquisador, já que pormenores que parecem sem importância, reunidos cobram novo significado. Vai passando da moda a história dos povos através das batalhas e de seus grandes homens. Agora vai-se ao povo em sua vida quotidiana e gosta-se de assinalar os defeitos das qualidades nos homens e nas comunidades. A

história de Sorocaba, depois de 1800, está sobretudo nos cartórios, nos livros de notas e maços de inventários.

Vejam os alguns exemplos. Teresa Maria Padilha, irmã, tia ou prima de Domingos Gonçalves Padilha, residia para além do Ipanema. Casada com José de Camargo, os dois são registrados no censo de 1780, embora ela esteja somente grafada Teresa Maria. Enviuvando em 1819, não convindo gastar muito com inventário, industriada por algum solicitador resolveu fazer inventário e partilha com os filhos e autuar isso em cartório, pagando sêlo.

“Dizem Teresa Padilha, do termo desta vila, viúva do falecido José de Camargo, Teodoro de Camargo e Maria de Camargo, filhos e herdeiros do dito falecido, que eles fizeram entre si inventário e partilha dos bens que ficou (sic) por falecimento de seu marido e pai e para validade requerem que seja autuada (sic) e paga a taxa do sêlo. Como requer, Ordonho” (o juiz de órfãos era Antônio José Ordonho).

Viu-se que Maria de Camargo foi espôsa de Wenceslau Silvestre e em seguida casou com Manuel Antunes da Silva. Os bens eram a mulata a 170\$200, que ficou para a mãe, outra mulata de 102\$400 para a filha e o crioulo Benedito de 58\$200 de três anos de idade para Teodoro. O tesoureiro ou contador que recebeu o sêlo era José Padilha de Queirós, filho de Domingos. Assinou pela parenta Domingos mesmo. Escrivão Luís Manuel Feliciano Kelly.

“Julgo a partilha dêste inventário bem feita firme e valiosa”... Ordonho.

Este Teodoro de Camargo, perfeitamente identificado na Genealogia Paulistana de L. G. Silva Leme ((IV, 557) casou-se com Ana Maria, filha de Tadeu Luís Fiuza e Rosa Maria de Camargo, povoador de Tatuí. Só que o autor não sabia os nomes dos avós de Teodoro; quanto aos Camargos nesta geração estão o cônego João Clímaco de Camargo, os Camargo Aires de Itapetininga, etc.

Este Domingos Gonçalves Padilha pode ser o neto do primeiro escrivão homônimo de Registro de Curitiba, coisa que algum de seus descendentes poderia verificar em Curitiba. Não aparece em Sorocaba antes de 1791, ano em que, já viúvo de Rosália Maria (que também não foi identificada, devendo ser do sul) casou com Maria de Queirós, da família de mons. João Soares do Amaral, colega e amigo do cônego Clímaco.

A gente que morava no morro do Araçoiaba e até o Sarapuí fundou Tatuí. Mas Domingos Padilha veio morar no Supiriri, numa chacrinha adiante do Caminho Fundo (Vila Carvalho, hoje) e, de súcia com seu filho Joaquim Padilha de Queirós, viveu de buscar e vender tropas na feira. Cêrca de 1700, morava em Paranaguá o padre Domingos Gonçalves Padilha.

Nos livros paroquiais se vê o grande número de portugueses que foram chegando a Sorocaba em todo o século XVIII até a Independência. Não vinham somente para caixeiros, ascendendo a patrões e genros, como no tempo do Império. Eram até lavradores, sem serem grandes senhores de escravos.

Do sul de Minas vieram procurando terras em 1780, ou pouco antes, Antônio José da Silva, guarda-mor lá nas terras do ouro, nascido em Guimarães, casado em Pouso Alto, passando por Lorena uns tempos. E' o fundador da Aparecida. Enviuvando, casou-se com uma filha de Manuel Monteiro de Carvalho. Com êle veio Francisco Teixeira da Silva, casado com sua filha Maria Isabel. A feira ou o transporte de tropas trouxe a Sorocaba, Nicolau de Souza, um dos ilhéus povoadores do Rio Grande e ficou como genro de Francisco Teixeira da Silva, que tinha muitos filhos.

José Vieira Nunes, da Ilha Terceira, casado com Clara Gomes, foi povoador do bairro do Jurupurá e do alto Pirapora, hoje município de Piedade. Faleceu em 27 de outubro de 1764, deixando 50 mil réis para os pobres da freguesia e outro tanto para as obras de São Bento.

Antônio Bernardo de Azevedo Camelo, filho de português, morador do Pouso Alto, Minas, casado com Ana Francisca de Jesus. Chegaram a Sorocaba cêrca de 1790, residindo à rua São Bento.

#### Filhos:

1-1 Domiciano, casado em 1808 com Maria de Almeida, filha de Tomás Antunes de Camargo e Maria Mendes de Almeida.

1-2 Bernardo de Mascarenhas, casado com Delfina Maurícia. Nascido em Santana do Capivarí, Minas, faleceu em Sorocaba em 26 de novembro de 1806. Tiveram:

2-1 Benedita Benvinda, casada com Luís Braga Mascarenhas, filho de Caetano José Braga e Maria Mascarenhas.

1-3. Alferes José de Mascarenhas Camelo, casado em 1802 em Sorocaba com Ana Eufrosina do Amaral, filha de José do Amaral Gurgel e Ana Eufrosina Aires.

1-4 Antônio de Mascarenhas Camelo, casado com Delina Maurícia de Sá, em 1822. Ela viúva de Bernardo de Mascarenhas e filha de Domingos Inácio de Araújo. Tiveram:

2-1 Francisca, casada com Bento Martins de Araújo, filho de Antônio Martins e Francisca Martins.

1-5 Bento de Mascarenhas, casado em 1817 com Ana Teresa de Almeida, filha de Luís de Almeida Moura e Ana Angélica. Tiveram:

2-1 Maria da Anunciação, casada em 1838 com Manuel José de Carvalho, filho de José Joaquim de Carvalho e Custódia Joaquina de Oliveira. Tiveram:

3-1 José Joaquim de Carvalho Mascarenhas, o Juca da Botica, falecido em 1897, casado com uma senhora do Pilar, viúva de João Batista de Almeida.

2-2 Luís Antônio de Mascarenhas, casado em 1854 com Paulina Martins, filha de Antônio Martins de Araújo e Francisca de Mascarenhas.

2-3 Tristão de Mascarenhas, casado com Januária, filha de Joaquim Roberto de Oliveira e Maria das Dores Mascarenhas.

1-5 Rita, casada com José Joaquim Broxado, filho de Antônio Ribeiro Guimarães e Tomás Maria de Babo Broxado, boticário, português de Santa Marinha de Pedreira, Braga. Tiveram:

2-1 Josefina, batizada em 1828.

2-2 Carolina, casada em 1854 com Tomás Correia Guimarães, português, filho de José Ribeiro Correia e Maria José.

2-3 Ana Francisca, casada em 1862 com Dionísio Antônio de Oliveira, português, filho de Manuel Antônio de Oliveira e Ana Rosa.

1-6 Maria Angélica, nascida em Pouso Alto, casada com Caetano Tomás de Aquino, natural do Pôrto, filho de Lourenço José Braga e Ana Luisa.

O português Antônio Nunes de Queirós e a ituana Escolástica Leme Barbosa vieram casados para Sorocaba, criando 14 filhos, nas fraldas do Araçoiaba e no Campo Largo, muitos dedicados ao tropeirismo. Ele faleceu em 1766. Entre seus descendentes estão os Soares Hungria, de João Carlos Hungria, mascate de jóias na feira, casado com dona Antônia de Queirós, mons. João Soares do Amaral, filho de Francisco Soares de Queirós e dona Maria Amália do Amaral, muitos Padilha, pois Francisco Atanásio Padilha foi casado com Maria Teresa de Queirós e Domingos Gonçalves Padilha com Ana Maria de Queirós. Dona Francisca da Silveira Queirós, professora de Giná-

sio e escritora, falecida depois de 1940, era filha de Ladislau José de Queirós, neta paterna de Zacarias Manuel de Queirós e Ana Boaventura, bisneta, por Manuel, de Antônio Tomás Ferreira e Ana das Dores, esta filha de José Leandro e Ana das Dores de Queirós, filha de Vicente, filho de Antônio Nunes de Queirós. Antônio Tomás Ferreira morava perto da praça atual da Bandeira em 1825, estava recenseado como tecelão, e conta-nos Eugênio Pilar França que sua avòzinha lá por 1880, ainda se referia à rua Padre Luís como rua do Tecelão, apesar de não haver mais nenhum tecelão nessa rua.

Com os negócios da feira vieram a Sorocaba e se fixaram os mineiros: Antônio Garcia da Fontoura, que era juiz ordinário em 1774, casado com Eugênia Maria da Conceição; seu filho José Maria da Fontoura nasceu em 1770 já talvez na nova rua da Boa Vista, onde morava em 1840; os netos José Maria da Fontoura Júnior que fêz casa na esquina da rua da Penha com Miranda Azevedo, não esquecendo as iniciais na bandeira de ferro da porta e João Batista da Fontoura, casado com Maria de Almeida Melo, morando na esquina da rua Brigadeiro Tobias. Estes Almeida Melo são dos mesmos de Américo Brasileiro. O saudoso cel. Antônio Vieira Rodrigues, casado com uma neta de João Batista (êle, irmão do prof. João Lourenço Rodrigues, que se educou em Sorocaba) contava que era um fôrro só o de tôda esta fiada de casas do tempo do Brigadeiro Tobias. João Batista era o pai de Venâncio José da Fontoura, professor de primeiras letras de Dom José de Camargo Barros que em sua infância preferiu Sorocaba para estudar.

Caetano José Prestes, paulistano, filho de outro de igual nome santista e Filipa Rodrigues Caraça, paulistanos, neto paterno de Caetano José Prestes, lisboeta, e Teresa de Jesus. santista, neto materno de João Rodrigues Caraça e Ana Rodrigues de Oliveira, veio solteiro como negociante. Casou-se em 25 de fevereiro de 1758 com Gertrudes dos Santos, filha de José dos Santos, reinol e Isabel de Madureira Calheiros, nascida em Cuiabá, filha legitimada de Matias de Madureira Calheiros (que era casado em Sorocaba) e Apolônia Ribeiro, solteira. Êle, enviuvando, casou com Gertrudes Ferreira, filha de Lourenço Castanho Vidigal e Josefa de Almeida (Silva Leme, V, 5291) sua vizinha entre o Itapeva e a Bossoroca, onde se afazendeu e terceira vez, com Maria Custódia de Barros, filha de Jerônimo Antunes Maciel e Teresa Leite de Barros em 1773. Em sua enorme descendência estão muitos ramos de Aires, Toledo (o

conde de Afonso Celso, o dr. Pedro de Toledo), os Mascarenhas, etc. e os Ferreiras Prestes, que descendem de seu filho José Ferreira Prestes, também casado três vezes, sendo neto dêste, Otávio Prestes, falecido em 1962 aos 91 anos de idade.

Manifestações artísticas apareceram. Desde o comêço havia a música do mestre de capela que era vocal e instrumental, antecessor das bandas de música. O mestre de capela referido no Livro do Tombo era Antônio de Rosário, desde 1788. Em 1791 casou-se com Delfina Maria, viúva de Nicolau José da Costa. O músico era reverendo, isto é, tinha corôa de licença, como estudante de latim e pretendente às ordens, mas não votos e de certo gostou da voz da cantora... Seu mestre seria um beneditino. Era filho de Pedro de Alcântara Correia e Rosa Bueno. Como dona Mariana Bueno de Camargo, viúva de João Dias Vieira, vendesse nessa época à matriz "o órgão da sua casa" por 200 mil réis, é fácil concluir que o organista era seu agregado, mestiço ou branco. Não é impossível que, como os colegas de Minas — que os tropeiros uniam a Sorocaba — executasse até música clássica. Não ficou nada. Os fogueteiros devem ter queimado as pautas.

Em 1805 já não existia ou não tocava, pois na fundação da Misericórdia "o capitão José Manuel Pereira ofereceu a sua música". (Música, isto é, o conjunto, era dêle). Era o mestre-de-capela. Seguiam-no com a oferta os músicos licenciados Joaquim Antônio dos Reis, que parece irmão do futuro bispo de Cuiabá, Manuel Libório Pereira, Lourenço Pereira de Camargo e Tomé Antônio Pereira, que era ourives.

O capitão Lourenço Pereira de Camargo (Silva Leme, I, 191) era sorocabano, filho de Ana Lopes de Camargo e José Pereira da Silva, mineiro de Sabará, filho de português e da mineira Páscoa Maria, e é onde aparece a tradição mineira. Havia na família, que morava pouco abaixo do atual mercado, um padre (Libório) e duas freiras em Santa Clara. Gente de igreja. Do ramo que foi para Itapetininga conhecemos o velho e bom Chico Sacristão e, em Guareí, Joaquim Olímpio, oleiro e, por não desmentir a raça, bumbeiro... Para alguma coisa serve a genealogia.

Em 1811 chegou a Santa Clara vindo de Itú a organista Josefa Maria dos Anjos, filha de Inácio Ferraz Leite Penteadado, com seu órgão, que ainda existe. O padre Jesuíno sabia fazer órgãos em Itú. E o último professor de primeiras letras em São Bento, e também de música vocal, pelo menos, segundo o compromisso, foi frei Vicente Ferreira do Rosário, 1805.

Depois de 1728, pelo menos, e provavelmente antes, um padre de São Bento ensinava latim e música. O último, frei Vicente, foi removido pela Ordem em 1803. Era muito estimado por seu apostolado entre os enfêrmos e pelas suas aulas. A Câmara organizou um abaixo-assinado pedindo a sua permanência.

“Atende aos doentes noites inteiras. Abriu uma escola de língua latina. Emprega na edificação da igreja as esmolas de missas”.

As primeiras letras sempre foram ensinadas à vontade aos homens por mestres particulares. Em 1805 foi examinado José Raimundo Taques Góis e Aranha para substituir a Manuel Feliciano de Lara Góis como professor público. Ele requereu em sua terra, que era Itú. Apesar de licenciado pelo governo, ganhavam seus proventos da contribuição de alunos.

Muitos anos ensinou, em particular, primeiras letras Joaquim Pereira de Vasconcelos, português, casado em 1791 com Francisca de Arruda.

Todos os vereadores assinaram em 30 de dezembro de 1803 um atestado elogioso a êsse

“homem nobre casado na terra com mulher honrada e honesta de cuja tem numerosa família a qual dá tôda boa educação fundada no santo temor de Deus, tesoureiro do juízo de órfãos gratuitamente, soldado de cavalaria junto com a ocupação de arte de primeiras letras”.

Com a fundação da Fábrica do Ipanema foi para lá como funcionário, mas voltou. Em 20 de dezembro de 1816 a Câmara oficiava a Dom João VI requerendo que, em vista das “luzes do século” e de os Padres terem parado com as aulas de latim e canto em São Bento, S. M. ordenasse ao Provincial dêles mandasse dois Religiosos a ensinar Filosofia Moral e Lógica. Deu em nada, mas a escola régia paga, com o seu mestre régio de ler, escrever e contar, foi criada pelo então Príncipe Regente em 1814, sendo o primeiro professor Henrique Mena de Carvalho.

Gaspar Rodrigues de Macedo era o mestre régio em 1822.

Entre os padres-mestres, título dos padres seculares que se dedicavam a ensinar latim mediante módica retribuição, sabe-se do padre Melquior Fernandes, depois de 1800, do padre Luís Gonzaga Rodrigues, que prestou exames ainda subdiáco-

no, em São Paulo, em banca presidida pelo mestre André da Silva Gomes, e o padre José Gonçalves de Godói, que no tempo do Império passou a mestre pago. Latim e civilidade — diz a Câmara, para os sorocabanos e os alunos das vilas vizinhas. A civilidade começava no estudo da literatura clássica. Para ensinar, era preciso ser examinado — mas não havia nomeação oficial quando os discípulos pagavam. Nem todos se ordenavam. Muitos, como um dos Teixeira Sabóia, saíam a ensinar primeiras letras. Este foi à Lapa, tendo muitos descendentes.

Em 1724, pouco mais ou menos, “uma mulher de Sorocaba” esculpiu em madeira a imagem do Bom Jesus que foi levada em canoa para o Cuiabá, tendo ficado alguns anos no rio Paraná, ilha de Manuel Homem.

No fim do século XVIII, senão antes, uma mulher anônima de Sorocaba esculpiu também em madeira o Senhor Morto que até há pouco se via sob o altar-mor da Matriz de Cutia.

Na mesma época um escravo esculpiu o Senhor Crucificado grande com as medidas para o altar lateral da igreja de Santo Antônio, depois de cuja demolição foi levado para a Catedral. O rosto é bonito, mas o corpo ficou grande, desproporcionado. Segundo a lenda, o senhor deu a liberdade ao artista. Talvez seria, como o músico Antônio do Rosário, homem da própria casa de João Dias Vieira — dona Mariana Bueno de Camargo, protetores da capela.

A pintura do teto da igreja de Santa Clara, da escola ituana, de 1811 é quase certamente de Joaquim Inácio Monteiro, filho de um cabelereiro de imagens de São Paulo, onde ainda existem pinturas suas em São Francisco da Ordem Terceira.

Descobrimos a primeira imagem de Nossa Senhora da Ponte, que é de vestir, mediante a associação de algumas frases sôltas do Livro do Tombo e perguntas aos velhos. Com a nova matriz, os devotos, no final das funções, iam beijar a Senhora da Ponte do altar-mor e, em seguida, a Senhora da Ponte velha, do consistório e que, pelo Livro do Tombo, serviu de Nossa Senhora das Dores na procissão do Entêrro. Em 1918 mons. Magaldi, por meio do catequista José Roque Garcia, a doou à capela de Santo Antônio da Árvore Grande, onde era conhecida como Nossa Senhora das Dores, ficando o Menino no altar e não em seus braços. Este Menino é mais recente.

Na Catedral existem, as melhores imagens baianas. Na fazenda São Francisco, grandes imagens de barro da Senhora

do Pópulo, do Rosário e de São Francisco das Chagas, seiscentistas, parece que da escola franciscana de Taubaté.

Em São Bento, o lindo grupo de Santana e Nossa Senhora veio depois de 1700, pois o primeiro titular após a saída de Nossa Senhora da Ponte para a matriz, era Nossa Senhora da Visitação. A Senhora do Rosário, seiscentista, da matriz foi levada em 1918 para Ipatinga, o São Miguel para o depósito, mas descobrimô-lo no chão e Dom Aguirre o enviou para o Seminário em 1940.

No Seminário estão as imagens seiscentistas de Santo Antônio, São Joaquim, São Vicente Ferrer, as seiscentistas da Senhora da Boa Morte, São Roque, São João Evangelista e o estandarte da Misericórdia, de 1805, que estavam em Santo Antônio. A última peça, em madeira só tem semelhante na velha Bahia. Tudo desapareceu.

O café entrou em Sorocaba, é provável, independentemente das primeiras lavouras que avançaram em tenaz do Rio de Janeiro para o vale do Paraíba e o litoral, por sementes trazidas do Rio no surrão dos tropeiros. Em todo caso, viesse de mais perto, foram êles os transportadores. Fomos obrigados a contentar-nos com inventários de 1800 para cá, deduzindo pelo menos em 1797 vieram as primeiras sementes, porquanto em 1802-1803 havia cafeeiro entre as "árvores de espinho" do quintal mencionadas naqueles inventários, casas porém, da vila. Não havia cafèzais. Do sistema nos lembramos pessoalmente, quando lá por 1912 em Guareí e Itapetininga, conhecemos o "pé de café" nos quintais e experimentamos suas cerejas adocicadas, e em 1938, em Araçoiaba da Serra, numa chácara. Aqui a geada e a terra fraca não ajudaram.

A vinha de Baltazar Fernandes ficava fechada por um vale que seguia desde o Lageado até perto da ponte do Sorocaba. Supondo que seria ali pela Santa Cruz, ponto mais alto até onde chegaria o mato derrubado, sendo o resto do cercado para outras plantas e servindo o rio para fêcho, inclusive do chiqueiro, pois os porcos já aparecem no inventário.

A seguir não se encontra mais referência à vinha senão no trecho da viagem de Saint-Hilaire que comeu uvas de Sorocaba em dezembro-janeiro de 1819-1820, da parreira do capitão-mor Manuel Fabiano de Madureira, o qual, a êsse tempo, morava no sobradão da rua Padre Luís frente ao atual Mercado, e o quintal avançava muitos quarteirões (então inexistentes).

Naquele comêço de século as casas de Sorocaba, vistas de longe, braqueavam entre o fundo verde de seus pomares. Ja-

boticabeiras de mais de cem anos ainda havia até aí por 1930 em quintais, como o que foi do capitão-mor José de Almeida Leme e o do Sarutaiá, hoje arruado, antiga Vila Leão. Laranjal já havia mencionado numa sesmaria que datava do fim do século XVII, além do rio Sarapú!

Vimos alguns livros no Arquivo Público e, numa ata de Câmara de 1732 mais ou menos verificamos o preço oficial das bananas de São Tomé, fato que se repetiu em Itapetininga lá por 1772.

Em 1724 Fernão Diás Falcão levou para Cuiabá um escravo barbeiro (que também sangrava e aplicava "bichas").

Cêrca de 1750 faleceu o cirurgião Antônio José da Mota. Por 1800 chegou de Atibaia o cirurgião-mor Joaquim José de Santana, casado com Gertrudes da Luz, pai de Antônio Joaquim de Santana vindo criança, depois ourives, enfim capitulista, fabricanteiro (procurador da matriz), por êste, avó de Blandina Maria casada com José Francisco de Almeida Lima.

O cirurgião-mor morava no comêço da rua Boa Vista de Baixo, donde teve princípio mais tarde a rua Nova.

O cirurgião-mor Joaquim Rodrigues de Oliveira, vindo como boticário ao Ipanema, fêz exame de cirurgião e em 1820 mudou-se para a cidade, à rua do Hospital (Alvaro Soares), montando a primeira botica, que saibamos, com dinheiro emprestado de Tobias. Receitava e aviava a receita, tirando os líquidos de seus bujões de barro vidrado e os pós e raízes, de seus embrulhos de papel. Antes e depois as lojas vendiam manã, sal amargo, etc., e proliferavam curadores de um e outro sexo.

Em 1803 era cirurgião, o licenciado Antônio Dias Vieira, sorocabano, ali do largo de Santo Antônio, filho de João Dias Vieira e Mariana Bueno de Camargo. Faleceu em 1811.

(Continua).

### ALUÍSIO DE ALMEIDA

Do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico  
de Sorocaba.